

A reforma intelectual e moral gramsciana:

observações sobre a trajetória do MST

Maria Socorro Ramos Militão

Como citar: MILITÃO, M. S. R. A reforma intelectual e moral gramsciana: observações sobre a trajetória do MST. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci**: os 70 anos da morte de Gramsci. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 277-280.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p277-280>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A reforma intelectual e moral gramsciana: observações sobre a trajetória do MST

Maria Socorro Ramos Militão¹

O objetivo dessa pesquisa em andamento é averiguar se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra brasileiro contribuiu para a promoção de uma reforma intelectual e moral no Estado de São Paulo entre os anos 1985-1990. E, por conseguinte, se exerceu a função de Partido Educador das massas com vistas à obtenção da hegemonia da classe trabalhadora, de acordo com a teoria política proposta por Antonio Gramsci. Tendo como objetivos específicos: (i) investigar como o MST colaborou para a construção da reforma intelectual e moral; (ii) analisar a luta camponesa brasileira à luz das categorias gramscianas, averiguando quais os limites de suas propostas para encaminhar a hegemonia da classe trabalhadora; (iii) compreender a contribuição do MST na construção da democracia no Brasil, como Partido de esquerda.

A hipótese de que o MST contribuiu para a construção de uma reforma intelectual e moral em sua trajetória de luta se deve ao fato desse apresentar-se como movimento de resistência, que se modifica e se recria nas suas ações políticas e que luta por mudanças sociais amplas, não se limitando à simples divisão de terra, e cuja forma de organização tem mostrado resultados práticos, tanto na estratégia da ocupação de terras quanto nas negociações por recursos para os assentamentos. Soma-se a isso o fato do MST ter se tornado um movimento social autônomo, sem, contudo, ter deixado de receber apoio de outras instituições ou de participar dos grandes movimentos sociais ocorridos no País nos últimos vinte anos.

A fundamentação teórica que orientará esse estudo será aquela referente à trajetória política do MST, ou seja, o conjunto da sua literatura, especialmente aquela disponível na Fundação Florestan Fernandes, e ainda, o universo categorial de Antonio Gramsci e de seus principais comentadores: Antonio A. Santucci, Christine Buci-Glucksmann, Valentino Gerratana, Guido Liguori, Paolo Spriano, entre outros, além da teoria marxiana da qual Gramsci é herdeiro. O exercício de leitura analítica será executado mediante a análise do material selecionado e interpretado. A forma de análise dos resultados será feita a partir do material colhido na literatura disponível, os quais serão analisados sob a ótica da teoria política gramsciana e do método histórico materialista-dialético.

As mudanças estruturais decorrentes do novo padrão de relações industriais e de acumulação no mundo capitalista, das necessidades abertas pela Revolução de Outubro e da construção do socialismo na Europa do Leste, levaram Gramsci a pensar em como se poderia operar a construção da hegemonia proletária no Ocidente e em como se conduziria a ampliação do movimento comunista no plano internacional dada a correlação de forças delineadas por aquelas mudanças. Gramsci entendia que no próprio desenvolvimento do capitalismo, em estágio avançado, existia a possibilidade de reelaboração da estrutura e superestrutura de uma sociedade.

¹ Doutoranda em Sociologia-Unesp/Araraquara-SP Bolsista CAPES.

Em função disso, pensava em maneiras e táticas para a conquista do poder pelos trabalhadores apoiando-se em Marx, nos acontecimentos do seu tempo e nas peculiaridades da realidade italiana. Assim, elegeu a Filosofia da *Práxis*, o Materialismo Histórico Dialético como o método capaz de possibilitar às massas a concepção de mundo que lhes era peculiar. Tratava-se de uma ortodoxia do método adotado por ele para enfrentar com a mesma diretriz metodológica as novas questões que a nova situação histórica vinha delineando. Assim propôs como estratégia para a tomada do poder estatal no sistema capitalista em estágio avançado a guerra de posições, que em sua opinião seria a única possível nesse estágio de desenvolvimento do sistema.

Tal estratégia deveria ser empreendida nos períodos de crise orgânica no sistema, isto é, de contradição social, em que um mundo novo já tivesse nascido, com suas forças produtivas, e o velho ainda persistisse, com suas relações de produção estabelecidas. Essa guerra se daria entre classes opostas que tivessem concepções de mundo diferentes e buscassem se manter hegemônicas: aquele que defendia o estado de coisas existentes e aquele que buscava superá-lo, pois é quando as condições materiais estão dadas contraditoriamente que os homens tomam consciência da crise e das formas ideológicas que permitem entender o processo histórico. Com efeito, esses grupos antagônicos poderão manter ou superar o capitalismo. Essa é uma luta constante que se expressa também em termos culturais, por envolver todos os âmbitos sociais, e ocorre para que cada um permaneça ou ganhe a hegemonia e, com isso, o poder.

Contudo, os trabalhadores podem iniciar a promoção da guerra de posições sem que haja uma crise orgânica no sistema por meio da tática gramsciana da reforma intelectual e moral, que seria a preparação da sociedade para um novo mundo, partindo da práxis dos homens e que "representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológica e cultural" (Gruppi, 1978, p. 2). Essa reforma intelectual deve ser promovida pelo o agente da vontade coletiva transformadora, o Partido político.

O objetivo dessa reforma intelectual e moral é criar uma *nuova Civiltà* contrária à capitalista, uma nova ordem civilizatória que possibilite a liberdade dos homens, a autonomia para agir e se apropriar do valor produzido por seu trabalho, promovendo assim uma emancipação política e humana. Com isso, surgiu a proposta de construção de uma nova hegemonia ligada ao processo educacional em sentido mais amplo cujos educadores seriam o Partido e instâncias culturais como a escola, a imprensa, o sindicato, a arte, isto é, todos os aparelhos privados de hegemonia no interior da sociedade civil.

Com essa nova função atribuída ao Partido político Gramsci amplia o seu conceito, não apenas por atribuir-lhe novo papel, mas também por defini-lo como um sujeito coletivo. Assim, podem ser considerados partidos políticos ou frações desses, os movimentos sociais, as associações de bairro, os meios de comunicação, tais como jornais e revistas, as escolas de cultura, entre outros, desde que assumam a tarefa de Educador, a de tornar homogênea a classe a que pertença sobre o conjunto de seus aliados ao qual estão organicamente ligados e lhe dão coesão. Porém, os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, podendo reagir sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las.

Nesse contexto, o partido político gramsciano não pode ser confundido com o conceito corrente de partido, que tornou-se uma instituição corporativa, hierarquizada, economicista e sindicalista, permeada por egoísmos passionais, composta por um grupo de homens superiores e uma massa de subordinados e ignorantes. Mas deve ser considerado como um sujeito coletivo, capaz de superar esse momento *trade unionista*. Desse modo, o novo Príncipe aparece como objetivação do “momento catártico”, que transforma a necessidade em liberdade. Como um organismo universalizante, pois nele os elementos de um grupo social econômico superam o corporativismo e se tornam agentes de atividades gerais de caráter nacional ou internacional.

É a partir da trajetória do MST e das funções que desempenha como organizador da luta pela terra no Brasil, que podemos compreendê-lo como um Partido político no sentido gramsciano, entendendo-o como intelectual orgânico que aglutina a vontade coletiva dos trabalhadores rurais brasileiros. Essa análise nos permitirá compreender se o MST pretendeu construir uma reforma intelectual e moral no Estado de São Paulo a partir dos anos 1980.

Em consonância com o modelo gramsciano de reforma intelectual e moral, o Americanismo e o Fordismo¹ representaram a criação de uma nova cultura, porque causaram mudanças no modo de agir, pensar e de viver das pessoas, criando uma nova moral para garantir a eficiência e a produtividade dos trabalhadores nas indústrias. Em razão disso, criou-se o estímulo ao consumo, de acordo com o objetivo de Ford de aliar o crescimento do poder de compra de seus funcionários ao incremento da sua produção fabril. Esses modelos representaram um progresso civilizatório, porque promoveram avanços na forma de produzir e na cultura estadunidense, ao criar uma nova maneira de pensar e ser coerente com o trabalho fabril.

O entendimento desse processo levou Gramsci a afirmar que é na oficina moderna que se moldam e se forjam o novo homem e a sociedade socialista futura, ainda que hoje sua direção pertença aos capitalistas, o trabalhador ainda se forma na indústria. E, depois, no sindicato e, sobretudo, no partido, o qual seria antes de tudo, uma grande escola que não deveria se descolar da prática produtivo-organizativa de base, ao contrário, nesta base deveria ancorar-se, alimentar-se, inspirar-se, informar-se, pois é ele que funde e amalgama os elementos de organização política extraídos da prática produtiva para forjar o perfil da estrutura política-administrativa do Estado socialista. Por conseguinte, buscar uma nova relação entre cultura e política permitiria pensar também em um novo intelectual, que estivesse profundamente ligado às questões culturais e políticas do seu País e que, por isso, poderia envolver-se com sua transformação.

Esse intelectual orgânico seria o responsável pela difusão da cultura, pelo direcionamento da massa para esse novo mundo e pela valorização da massa ou do senso comum na criação dessa nova *Civiltà*, superando, desse modo, a hierarquia entre intelectuais, pois não se trata de educar no sentido idealista, mas da organização dos trabalhadores, já que a autoridade do partido não pode ser inculcada nas grandes massas como métodos de pedagogias escolásticas. Em função disso Gramsci defende um método que parte das experiências concretas de todos, valorizando-as e estudando-as coletivamente, de forma que o grupo todo se torne o educador de si mesmo, organicamente, elevando o nível cultural de cada um e do conjunto.

¹ Correspondente à maneira americana de viver peculiar ao novo modo de produzir implantado nas indústrias automobilísticas de Henri Ford a partir da década de 1920 nos EUA.

Como resultado, podemos afirmar que o objetivo da tática e da estratégia propostas por Gramsci, ou seja, da reforma intelectual e moral e da guerra de posições é a emancipação dos homens, para que possam agir coerentemente e transformar o mundo segundo seus preceitos e desejos. É a valorização da práxis, do papel do homem na construção consciente do mundo, não apenas para interpretar o mundo, mas transformá-lo, pois é através da crítica da civilização capitalista que se forma a consciência unitária do trabalhador, e a crítica quer dizer cultura e não evolução espontânea e naturalista. Esta consciência, porém, não se forma pela força brutal das necessidades físicas, e sim, pela reflexão inteligente, primeiro de alguns e, em seguida, de toda uma classe, sobre as razões de certos fatos e sobre os meios para transformá-los de condição de servidão em bandeira de revolta e de reconstrução social. Logo, toda revolução seria precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de difusão de idéias.

Portanto, a reforma intelectual e moral inicia-se com uma crítica ao capitalismo no sentido de transformar a cultura, partindo de uma nova forma de produzir, que manifesta uma revolução econômica, pois se ela reorganiza a vida material é constitutiva de uma profunda transformação social. É uma revolução. É a construção de um novo bloco histórico, de uma nova *Civiltà*, uma nova forma de organização de todas as dimensões da vida humana. Por meio dessa reforma seria difundido entre as massas o marxismo como o novo senso comum para superar a dicotomia entre intelectual e massa. Logo, o intelectual deve ser entendido em sentido amplo, como aquele que organiza o processo produtivo, não da maneira burguesa, mas trabalhadora. Essa transformação intelectual e moral deveria juntar a altíssima cultura renascentista com sua respectiva difusão entre as massas (do tipo feito pelo protestantismo) cujo modelo ideal é o homem integral, de conhecimento extraordinário, como foi Leonardo Da Vinci.

O MST vem estabelecendo essa crítica, difundindo idéias e enfrentando as forças políticas dominantes por meio da estratégia da ocupação e da resistência, buscando elaborar a própria concepção de mundo de modo crítico e consciente, construindo a história de luta dos sem-terra brasileiros, além de adquirir autonomia tornando-se seu próprio guia e produtor de um mundo novo. A cultura torna-se, então, elemento decisivo na construção de uma nova forma de pensar e de agir dos sem-terra na obtenção da hegemonia desses trabalhadores.

É em razão disso que pretendemos investigar se o MST exerceu o papel de Educador das massas no Estado de São Paulo, entre os anos de 1985-1990, amparando-se no ideário de Antonio Gramsci, para promover uma revolução no modo de pensar e de viver dos homens para construir um novo bloco histórico, uma *nuova Civiltà*, uma nova forma de organização da vida humana em todas as dimensões.